

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	14
----------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	60
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	62
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	24.857.847.596
Preferenciais	0
Total	24.857.847.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	1.405.048	1.345.462	910.328
1.01	Ativo Circulante	62.218	121.419	70.638
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.966	2.673	47.951
1.01.02	Aplicações Financeiras	29.361	93.262	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	29.361	93.262	0
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	29.361	93.262	0
1.01.03	Contas a Receber	18.218	16.759	14.118
1.01.03.01	Clientes	18.218	16.759	14.118
1.01.06	Tributos a Recuperar	313	5.454	3.834
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	313	5.454	3.834
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.572	2.018	4.273
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	788	1.253	462
1.01.08.03	Outros	788	1.253	462
1.02	Ativo Não Circulante	1.342.830	1.224.043	839.690
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	267.417	282.095	18.761
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	207.525	254.838	0
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	207.525	254.838	0
1.02.01.03	Contas a Receber	0	0	3.716
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	0	3.716
1.02.01.06	Tributos Diferidos	46.207	27.018	14.094
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.207	27.018	14.094
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	374	239	951
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	13.311	0	0
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	13.311	0	0
1.02.03	Imobilizado	10.615	9.030	9.142
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.615	9.030	9.142
1.02.04	Intangível	1.064.798	932.918	811.787
1.02.04.01	Intangíveis	1.064.798	932.918	811.787
1.02.04.01.02	Direito de Outorga da Concessão	0	501.479	512.341

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.02.04.01.03	Direito de Exploração da Infraestrutura	0	430.921	298.918
1.02.04.01.04	Direito de Uso de Software	0	518	528

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	1.405.048	1.345.462	910.328
2.01	Passivo Circulante	46.543	70.990	658.340
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.423	3.737	3.586
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.051	531	475
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.372	3.206	3.111
2.01.02	Fornecedores	34.735	22.564	20.241
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	34.735	22.564	20.241
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.911	2.242	2.922
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	882	1.032	1.640
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	882	1.032	1.640
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.029	1.210	1.282
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.911	41.133	627.059
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	37.797	603.605
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	37.797	603.605
2.01.04.02	Debêntures	3.911	3.336	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	0	23.454
2.01.04.03.01	Instrumento financeiro derivativo	0	0	23.454
2.01.05	Outras Obrigações	496	485	874
2.01.05.02	Outros	496	485	874
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	267	257	578
2.01.05.02.05	Outros Passivos	229	228	296
2.01.06	Provisões	1.067	829	3.658
2.01.06.02	Outras Provisões	1.067	829	3.658
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	1.067	829	3.658
2.02	Passivo Não Circulante	1.215.307	1.111.252	63.806
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.103.321	1.027.049	0
2.02.01.02	Debêntures	1.103.321	1.027.049	0
2.02.02	Outras Obrigações	64.697	47.889	44.540
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	62.229	45.191	41.615

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	62.229	45.191	41.615
2.02.02.02	Outros	2.468	2.698	2.925
2.02.02.02.03	Outros Passivos	2.468	2.698	2.925
2.02.04	Provisões	47.289	36.314	19.266
2.02.04.02	Outras Provisões	47.289	36.314	19.266
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	1.678	1.678	1.686
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.010	3.010	4.420
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	42.601	31.626	13.160
2.03	Patrimônio Líquido	143.198	163.220	188.182
2.03.01	Capital Social Realizado	248.578	223.578	223.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-105.380	-60.358	-24.024
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-11.372

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	338.577	317.206	275.247
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-240.663	-232.986	-182.878
3.03	Resultado Bruto	97.914	84.220	92.369
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.828	-21.354	-23.090
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.901	-19.718	-21.633
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12	72	-143
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.939	-1.708	-1.314
3.04.05.01	Honorários da Administração	-1.939	-1.708	-1.314
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	85.086	62.866	69.279
3.06	Resultado Financeiro	-149.297	-117.981	-78.100
3.06.01	Receitas Financeiras	34.173	22.434	9.779
3.06.02	Despesas Financeiras	-183.470	-140.415	-87.879
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-64.211	-55.115	-8.821
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	19.189	18.781	967
3.08.02	Diferido	19.189	18.781	967
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-45.022	-36.334	-7.854
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-45.022	-36.334	-7.854
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,00196	-0,00163	-0,00035

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-45.022	-36.334	-7.854
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	11.372	-11.372
4.02.01	Perda sobre hedge de fluxo de caixa	0	-6.797	-17.230
4.02.02	Impostos diferidos s/ perda de hedge de fluxo de caixa	0	2.311	5.858
4.02.03	Perda sobre hedge de fluxo de caixa	0	24.027	0
4.02.04	Impostos diferidos sobre perda sobre hedge de fluxo de caixa	0	-8.169	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-45.022	-24.962	-19.226

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	119.193	71.531	85.645
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	115.739	68.703	96.319
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-45.022	-36.334	-7.854
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-19.189	-18.781	-967
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	20.471	17.795	14.603
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias - Obrigações Poder Concedente	238	746	1.240
6.01.01.05	Juros e Variações Monetários - Empréstimos e Financiamentos	165.301	65.779	70.317
6.01.01.06	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	17.038	3.557	3.420
6.01.01.07	Provisão para demandas judiciais	0	8	206
6.01.01.08	Provisão para manutenção em rodovias	10.975	18.467	8.993
6.01.01.09	Perda não realizada com operação de derivativo	0	31.467	6.224
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível	46	418	137
6.01.01.11	Rendimento de aplicações financeiras	-34.119	-14.419	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.454	2.828	-10.674
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.459	1.075	-4.209
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	311	2.967	-4.104
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-8.170	-1.620	-2.026
6.01.02.04	Outros Ativos	465	-771	768
6.01.02.05	Fornecedores e Prestadores de Serviços	12.171	2.323	-1.008
6.01.02.06	Credor pela Concessão - Ônus Variável	10	-321	39
6.01.02.07	Obrigações Tributárias	-331	-680	2
6.01.02.08	Obrigações Trabalhistas	686	151	81
6.01.02.09	Outros passivos	-229	-296	-217
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.649	-477.900	-115.891
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-3.147	-1.153	-3.359
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-150.835	-138.079	-77.327
6.02.03	Provisão para investimentos em rodovias	0	-4.986	-35.205
6.02.04	Aplicações financeiras	-4.800	-383.529	0
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	150.133	49.847	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-101.251	361.091	50.850
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	0	44.500	592.506
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-126.251	-692.627	-541.656
6.03.05	Integralização de Capital Social	25.000	0	0
6.03.06	Captação de debêntures	0	1.005.882	0
6.03.07	Juros não pagos	0	3.336	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	9.293	-45.278	20.604
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.673	47.951	27.347
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.966	2.673	47.951

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-60.358	0	163.220
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-60.358	0	163.220
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.000	0	0	0	0	25.000
5.04.01	Aumentos de Capital	25.000	0	0	0	0	25.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-45.022	0	-45.022
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-45.022	0	-45.022
5.07	Saldos Finais	248.578	0	0	-105.380	0	143.198

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-36.334	11.372	-24.962
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-36.334	0	-36.334
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.486	-4.486
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-6.797	-6.797
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.311	2.311
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	15.858	15.858
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	24.027	24.027
5.05.03.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-8.169	-8.169
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-60.358	0	163.220

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-16.170	0	207.408
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-16.170	0	207.408
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.854	-11.372	-19.226
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.854	0	-7.854
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.372	-11.372
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-17.230	-17.230
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.858	5.858
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	357.526	333.780	290.721
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	203.452	186.110	172.442
7.01.02	Outras Receitas	154.074	147.670	118.279
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	147.834	142.238	113.479
7.01.02.02	Receitas Acessórias	6.240	5.432	4.800
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-212.503	-213.158	-177.491
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-61.532	-66.441	-58.702
7.02.04	Outros	-150.971	-146.717	-118.789
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-147.833	-142.238	-113.479
7.02.04.02	Custo de Concessão - Ônus Variável	-3.138	-4.479	-5.310
7.03	Valor Adicionado Bruto	145.023	120.622	113.230
7.04	Retenções	-20.471	-17.795	-14.603
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.471	-17.795	-14.603
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	124.552	102.827	98.627
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	34.173	22.434	9.779
7.06.02	Receitas Financeiras	34.173	22.434	9.779
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	158.725	125.261	108.406
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	158.725	125.261	108.406
7.08.01	Pessoal	19.344	21.844	19.294
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.172	17.877	14.794
7.08.01.02	Benefícios	3.172	3.967	4.500
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	285	-1.149	14.678
7.08.02.01	Federais	-10.270	-10.622	5.921
7.08.02.03	Municipais	10.555	9.473	8.757
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	184.118	140.900	82.288
7.08.03.01	Juros	182.338	138.514	79.961
7.08.03.02	Aluguéis	1.780	2.386	2.327
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-45.022	-36.334	-7.854
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-45.022	-36.334	-7.854

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2014

Tópicos	Índice
Destaques	Página 1
Apresentação dos Resultados	Página 2
Sumário Executivo	Página 2
Sobre a Concessão	Página 3
Tarifas e Tráfego	Página 4
Receitas	Página 5
Custos e Despesas	Página 6
EBITDA	Página 7
Resultado Financeiro	Página 8
Principais Obras e Investimentos	Página 10
Responsabilidade Socioambiental	Página 12
Demonstrações Financeiras	Página 13

Relações com Investidores:

Ricardo Jorge Dias de Oliveira

*Diretor Administrativo e Financeiro
e de Relações com Investidores / CFO*

Thiago Jordão Rocha

*Gerente de Controladoria
e de Relações com Investidores*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

Email: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

DESTAQUES

- **CRESCIMENTO DE 4,80% NO TRÁFEGO DE EIXOS EQUIVALENTES**
- **MANUTENÇÃO DA COBRANÇA DE EIXOS SUSPENSOS**
- **R\$ 191 MILHÕES DE RECEITA LÍQUIDA**
- **ENTREGA DE 18 KM DE PISTAS DUPLICADAS NA SP-308 DE UM TOTAL DE 25 KM EM OBRA**

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As informações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações não contábeis não constituem objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2014 foi marcado por alterações macroeconômicas no Brasil, como a alta na taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC), passando de 9,90% a.a. em 2013 para 11,65% a.a. em 2014, de acordo com o relatório do COPOM, e o índice oficial de inflação do país (IPCA) foi equivalente a 6,41% no ano de 2014 (IBGE). O Banco Central, através do relatório Focus, estimou para o ano de 2014 um crescimento de 0,15% do Produto Interno Bruto (PIB).

Neste ano, houve crescimento de 4,80% no tráfego acumulado, em eixos equivalentes, comparado com o ano anterior. Foi mantida a cobrança de eixos suspensos iniciada em Julho de 2013.

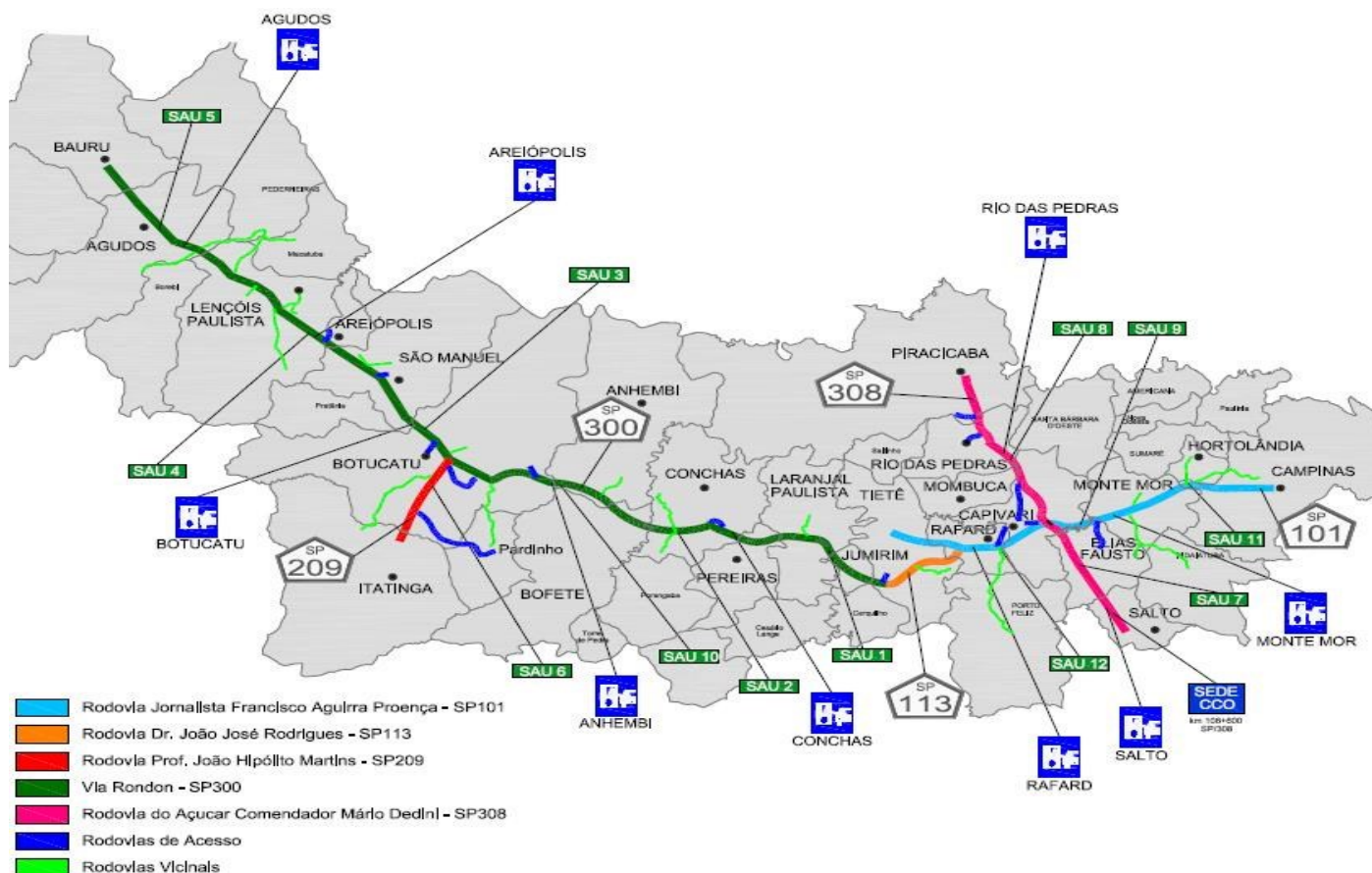
Com relação as principais obras, estão em fase de conclusão o Contorno de Piracicaba, as primeiras fases de duplicação da SP 101 e da SP 308, levando desenvolvimento para a região, maior conforto, segurança e fluidez do tráfego.

SOBRE A CONCESSÃO

Em abril de 2009, a Concessionária Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e a construção do Contorno de Piracicaba que contribuirão com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





TARIFAS

Em Julho de 2014 houve reajuste das tarifas de pedágio em 5,44%, abaixo do IPCA divulgado pelo IBGE, em virtude de uma nova metodologia utilizada pela ARTESP. A Concessionária contestou a aplicação desta metodologia, por não estar prevista no Contrato de Concessão.

Praça	Localização	Veículo de Passeio	Eixo Comercial	Motocicletas
1	Monte Mor - km 029+700	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 2,50
2	Rafard - km 055+800	R\$ 3,90	R\$ 3,90	R\$ 1,95
3	Conchas - km 192+100	R\$ 5,20	R\$ 5,20	R\$ 2,60
4	Anhembi - km 228+200	R\$ 5,90	R\$ 5,90	R\$ 2,95
5	Botucatu - km 259+300	R\$ 4,10	R\$ 4,10	R\$ 2,05
6	Areiópolis - km 285	R\$ 4,60	R\$ 4,60	R\$ 2,30
7	Agudos - km 314	R\$ 4,50	R\$ 4,50	R\$ 2,25
8	Salto - km 109+300	R\$ 2,70	R\$ 2,70	R\$ 1,35
9	Rio das Pedras - km 147+300	R\$ 4,00	R\$ 4,00	R\$ 2,00

TRÁFEGO

- ⇒ Crescimento de 4,80% de Eixos Equivalentes no ano de 2014 em comparação com 2013.
- ⇒ Em 2014 verificou-se uma transferência no tráfego da CRT, com diminuição de veículos comerciais leves (2 e 3 eixos) e crescimento de veículos comerciais pesados (4 ou mais eixos). Esta transferência tende a ser mantida com a prática e fiscalização da Lei 12.619 (Estatuto dos Motoristas), que torna o frete de veículos comerciais mais caro devido aos encargos trabalhistas (limite de horas de trabalho), levando as transportadoras a optarem por veículos com maior capacidade de transporte.

Veículos (em eixos equivalentes)	4º Trim. 2014	4º Trim. 2013	Variação (em %)	2014	2013	Variação (em %)
Passeio	5.322.021	5.227.354	1,81%	20.140.024	19.444.642	3,58%
Comerciais Leves	2.532.297	2.638.449	-4,02%	10.011.197	10.699.081	-6,43%
Comerciais Pesados	4.686.848	4.552.934	2,94%	18.377.218	16.160.605	13,72%
TOTAL	12.541.166	12.418.737	0,99%	48.528.438	46.304.327	4,80%

RECEITAS

A Concessionária obteve, em 2014, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$203.452 mil (R\$186.110 mil em 2013). Arrecadou, também, R\$6.240 mil (R\$5.432 mil em 2013) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$18.948 mil no período acumulado de 2014 e R\$16.574 mil no ano anterior.

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$147.834 mil de receita de construção contra R\$142.238 mil em 2013 com contrapartida nos custos de construção.

De acordo com o CPC30 - Receitas, o reconhecimento da receita dos serviços prestados deve ser feito pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Concessionária utilizou, para esse fim, margem zero nas receitas oriundas e nos custos incorridos relativos à construção da infraestrutura concedida.

Receitas (em R\$ mil)	4º Trim.2014	4º Trim. 2013	Variação (em %)	2014	2013	Variação (em %)
Receitas de Pedágio	53.910	47.144	14,35%	203.452	186.110	9,32%
Receitas Acessórias	1.521	3.863	-60,62%	6.240	5.432	14,87%
Impostos sobre Receitas	(4.848)	(4.435)	9,33%	(18.948)	(16.574)	14,32%
Receitas Operacionais	50.583	46.573	8,61%	190.743	174.967	9,02%
Receitas de Construção	35.443	35.023	1,20%	147.834	142.238	3,93%
TOTAL	86.026	81.596	5,43%	338.577	317.205	6,74%

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e receitas acessórias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2014	2013	Variação (em %)
Com pessoal	(17.405)	(18.428)	-5,55%
Serviços de terceiros	(8.312)	(8.860)	-6,19%
Ônus variável da concessão	(3.138)	(4.479)	-29,94%
Manutenção e conservação	(36.262)	(33.418)	8,51%
Seguros e garantias	(3.307)	(5.986)	-44,75%
Honorários da administração	(1.939)	(1.708)	13,52%
Outros	(3.862)	(3.033)	27,33%
Subtotal	(74.225)	(75.912)	-2,22%
Depreciação e amortização	(20.471)	(17.795)	15,04%
Custo dos serviços de construção	(147.833)	(142.238)	3,93%
Serviços de manutenção em rodovias	(10.975)	(18.467)	-40,57%
Total	(253.504)	(254.412)	-0,36%

No ano de 2014, houve uma redução de 2,22% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$75.912 mil em 2013 para R\$74.225 mil no mesmo período de 2014. As principais variações foram:

- ⇒ Seguros e Garantias - 44,75%. Resultante da renovação dos seguros e garantias prestadas à Artesp com prêmios menores que 2013, refletindo a maturidade da Concessionária.
- ⇒ Ônus Variável - 29,94%. Devido à redução do ônus variável de 3% para 1,5%.
- ⇒ Serviços de Terceiros - 6,19%. Prospecção de fornecedores permitiu a otimização dos contratos de terceiros.
- ⇒ Serviço de manutenção em rodovias - 40,57%. Revisão das datas do próximo ciclo de recapeamento, culminando em menores provisões em 2014.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2014	2013	Varição (em%)
Resultado Líquido do Período	(45.022)	(36.334)	23,91%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(19.189)	(18.781)	2,17%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	149.297	117.981	26,54%
(+/-) Depreciação e Amortização	20.471	17.795	15,04%
EBITDA	105.557	80.661	30,86%
(+/-) Provisão para Manutenções Futuras	10.975	18.467	-40,57%
EBITDA AJUSTADO (a)	116.532	99.128	17,56%
Receitas Operacionais (b)	190.743	174.967	9,02%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	61,09%	56,66%	4,44 p.p.

No ano de 2014, houve um aumento de 30,86% no EBITDA ajustado, que passou de R\$80.661 mil em 2013 para R\$105.557 mil em 2014. As principais variações foram:

- ⇒ Receitas de Pedágio: aumento de 9,02% devido ao crescimento de tráfego e reajuste tarifário.
- ⇒ Custos Operacionais: reduções do Ônus Variável, de Seguros e Garantias e Contratos com Terceiros, em 29,94%, 44,75% e 6,19% respectivamente.
- ⇒ A análise da Margem EBITDA mostra um aumento de 4,44 pontos percentuais.



RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro de 2014 comparado ao ano de 2013, é decomposto:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2014	2013	Varição (em%)
Juros sobre Debêntures e Notas Promissórias	(165.301)	(103.470)	59,76%
Juros sobre Mútuo	(17.038)	(3.577)	376,32%
Outras Despesas Financeiras	(1.131)	(33.368)	-96,61%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(183.470)	(140.415)	30,66%
Receitas Financeiras	34.173	22.434	52,33%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(149.297)	(117.981)	26,54%

Em 2014, houve um acréscimo de 30,66% no Resultado Financeiro que passou de R\$ 117.981 mil em 2013 para R\$ 149.297 mil em 2014. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Mútuo: Correção do spread de 0,5% ao ano para 0,5% ao mês, conforme letra original do contrato.
- ⇒ Juros: substituição de notas promissórias de curto prazo para as debêntures de longo prazo. Em 2013, a principal dívida da Concessionária era formada por 600 notas promissórias no montante de R\$ 600 milhões, com vencimento em Agosto de 2013. Já em 2014, o endividamento da Concessionária é formado, principalmente, por debêntures com vencimento em 15 anos no montante de R\$ 1,065 bi, emitidas em Junho de 2013.
- ⇒ Receitas Financeiras: principalmente pelo maior caixa, resultante das Contas de Reservas associadas à emissão das Debêntures (cerca de 30% do total da emissão)



DEBÊNTURES

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM em conformidade com a Instrução CVM 400, e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210, em 05 de julho de 2013, e o restante permanecerá investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e terão prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente. Já foram realizados três pagamentos, em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil, em 15 de junho de 2014, no montante de R\$ 43.365 mil e em 15 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 46.517 mil.

PRINCIPAIS OBRAS E INVESTIMENTOS



Contorno de Piracicaba

Com início em abril de 2011, o Contorno de Piracicaba irá inserir o município em uma nova e importante realidade, já que é uma mudança esperada há mais de 20 anos pela população. Com 9 quilômetros de extensão a obra melhorará significativamente o tráfego na região, já que parte dos caminhões terá outra opção de trajeto, por fora do município. A mudança facilitará também o escoamento de produções e aumentará a fluidez dos veículos da cidade.

O valor já investido na obra é de R\$ 73 milhões e interligará a SP-308 (Rodovia do Açúcar – Salto a Piracicaba) com a SP-304 (Rodovia Luiz de Queiroz - Piracicaba a Americana) e SP-127 (Rodovia Cornélio Pires – Piracicaba a Rio Claro), passando pela SP-147 (Rodovia Deputado Laércio Cortes – Piracicaba a Limeira). A previsão de término da obra do contorno é em Julho de 2015 e a previsão de término da ponte é em Novembro.



Duplicação da SP-101

A primeira etapa de ampliação da rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença (SP 101) – que liga Campinas a Capivari – foi concluída e entregue em maio de 2013 com 3,24 quilômetros de vias duplicadas (km 11+400 ao 14+640), dispositivo de acesso e retorno no km 13+500, duas passarelas e quatro pontos de ônibus, com investimento total de R\$ 11,6 milhões.

A segunda fase da duplicação da SP-101, entre os km 14+640 e km 25+700, está em andamento desde setembro de 2013. Com investimento de R\$ 49 milhões, a obra é de alta complexidade, pois é realizada em trecho densamente urbanizado. Estão em construção duas pontes, sendo uma sobre o rio Capivari e outra sobre o Córrego Aterrado, cinco passarelas (quatro já entregues), dez pontos de ônibus e quatro novos dispositivos de acesso e retorno. A previsão de término da obra é em Abril de 2015.

PRINCIPAIS OBRAS E INVESTIMENTOS



Duplicação da SP-308

A duplicação da Rodovia Comendador Mário Dedini (SP 308), que liga Salto a Piracicaba ocorrerá em 2 etapas. A primeira teve início em 2012 e com término previsto para Março de 2015. Compreende o trecho entre Piracicaba e Capivari, com 25,8 quilômetros de duplicação (dos quais 18 quilômetros já foram entregues em agosto de 2014), além da construção de seis dispositivos de acesso e retorno, com investimento já realizados de R\$ 80 milhões. O segundo trecho terá início em 2015 e término previsto para 2017, cinco anos antes da data prevista no Contrato de Concessão (2022).



Demais Obras em Andamento em 2014

- ⇒ Implantação de Passarelas na SP 101: investimento de R\$ 2,4 milhões
- ⇒ Melhoria em Dispositivos na SP 300: investimento de R\$ 7 milhões

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Social - Valorização da Vida

Em 2014 a concessionária deu continuidade nas campanhas iniciadas no ano de 2013 Abrace a Vida - motociclista, Abrace a Vida - pedestre e Abrace o Trânsito - escola.

Como parte do Programa de Redução de Acidentes, as ações visam à redução do número de acidentes com motociclistas e pedestres e a orientação de crianças sobre segurança no trânsito. No ano de 2013, houve redução de 22,3% das vítimas fatais no trecho sob a concessão da empresa.

As campanhas têm parceria da Associação Brasileira de Distribuidores Honda (AssoHonda), material didático, spots nas rádios CBN Campinas e Onda Livre de Piracicaba, cartazes e folhetos afixados e distribuídos em parceria com a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano (EMTU), 30 pontos com faixas instaladas ao longo das rodovias, eventos com checkup mecânico básico em motos e palestras ministradas em empresas.

O Abrace o Trânsito/Escola foi criado para conscientizar as crianças sobre os riscos do trânsito, pois além de usuárias são excelentes multiplicadoras do conhecimento. As primeiras edições foram realizadas com alunos de 9 a 12 anos da rede municipal de Salto e foram estendidas para o município de Elias Fausto. O Abrace o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras de orientação e visita ao Centro de Controle Operacional da Concessionária.

Meio Ambiente

Durante o ano de 2014, a Concessionária realizou o plantio de 12 mil mudas nativas em áreas próximas à cidade de Monte Mor e à rodovia Comendador Mário Dedini (SP 308). Estas iniciativas fazem parte do programa de Recuperação Ambiental que define a compensação verde às obras de duplicação das rodovias, de implantação de dispositivos de acesso e retorno e recuperação de acostamento.

A empresa realizará o plantio de 45 mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica e do Serrado em três parques da cidade de Salto.

Além do plantio e preservação de mudas e vegetação, a empresa mantém as rodovias limpas. Nos primeiros nove meses de 2014 foram retiradas 192,7 toneladas de lixo comum, além de 185,7 de toneladas de lixo para reciclagem e 57,8 toneladas de pneus e materiais de acidentes que também são destinados para a reciclagem.



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	11.966	2.673
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	29.361	93.262
Contas a receber (Nota 6)	18.218	16.759
Despesas antecipadas	1.572	2.018
Tributos a recuperar	313	5.454
Outros ativos	788	1.253
	62.218	121.419
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	207.525	254.838
Impostos a recuperar	13.311	0
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 7.a)	46.207	27.018
Despesas antecipadas	374	239
Imobilizado (Nota 8)	10.615	9.030
Intangível (Nota 9)	1.064.798	932.918
	1.342.830	1.224.043
Total do ativo	1.405.048	1.345.462

Passivo	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	34.735	22.564
Empréstimo	-	37.797
Debêntures (Nota 12)	3.911	3.336
Credor pela concessão	267	257
Obrigações tributárias	1.911	2.242
Obrigações trabalhistas	4.423	3.737
Provisões (Nota 11)	1.067	829
Outros passivos	229	228
	46.543	70.990
Não circulante		
Provisões (Nota 11)	47.289	36.314
Debêntures (Nota 12)	1.103.321	1.027.049
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	62.229	45.191
Outros passivos	2.468	2.698
	1.215.307	1.111.252
Total do passivo	1.261.850	1.182.242
Patrimônio líquido (Nota 13)		
Capital social	248.578	223.578
Prejuízos acumulados	(105.380)	(60.358)
Total do patrimônio líquido	143.198	163.220
Total do passivo e patrimônio líquido	1.405.048	1.345.462



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida (Nota 14)	338.577	317.206
Custos dos serviços prestados (Nota 15)	(240.663)	(238.559)
Lucro bruto	97.914	78.647
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 15)	(12.840)	(15.853)
Outras receitas operacionais, líquidas	12	72
	(12.828)	(15.781)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	85.086	62.866
Despesas financeiras (Nota 16)	(183.470)	(140.415)
Receitas financeiras (Nota 16)	34.173	22.434
	(149.297)	(117.981)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(64.211)	(55.115)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.b)	19.189	18.781
Prejuízo do período	(45.022)	(36.334)
Prejuízo básico e diluído por ação – em R\$ (Nota 18)	(0,0019554)	(0,0016251)



FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	30/09/2014	30/09/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(45.022)	(36.334)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.b)	(19.189)	(18.781)
Depreciação e amortização (Nota 15)	20.471	17.795
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias (Nota 16)	238	746
Juros e variações monetárias (Nota 16)	165.301	65.779
Perda (ganho) em operação com derivativo (Nota 16)	-	31.467
Provisão para demandas judiciais e outras provisões	0	8
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	46	418
Rendimento de aplicação financeira (Nota 16)	(34.119)	(14.419)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	17.038	3.557
Provisão para manutenção em rodovias (Nota 11.c)	10.975	18.467
	<u>115.739</u>	<u>68.703</u>
Variação nas contas de ativo:		
Contas a receber	(1.459)	1.075
Despesas antecipadas	311	2.967
Tributos a recuperar	(8.170)	(1.620)
Outros ativos	465	(771)
Variação nas contas de passivo:		
Fornecedores e prestadores de serviços	12.171	2.323
Credor pela concessão – ônus variável	10	(321)
Obrigações tributárias	(331)	(680)
Obrigações trabalhistas	686	151
Outros passivos	(229)	(296)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>119.193</u>	<u>71.531</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira	(4.800)	(383.529)
Resgate de aplicações financeiras	150.133	49.847
Investimentos no ativo imobilizado	(3.147)	(1.153)
Provisão para investimentos em rodovias – pagamentos (Nota 11.b)	-	(4.986)
Investimentos no ativo intangível	(150.835)	(138.079)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	<u>(8.649)</u>	<u>(477.900)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	25.000	-
Pagamento de empréstimo (principal e juros)	(37.797)	(649.221)
Pagamento de juros sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	(88.454)	(40.070)
Captação de Empréstimos	-	44.500
Captação de Debêntures	-	1.005.882
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(101.251)</u>	<u>361.091</u>
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>9.293</u>	<u>(45.278)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>2.673</u>	<u>47.951</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>11.966</u>	<u>2.673</u>



RELACIONAMENTO COM O AUDITOR

No período findo em 31/12/2014, a Concessionária não contratou a Ernst Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para a realização de outros trabalhos adicionais em adição à auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das informações trimestrais (ITR's) relativas ao exercício de 2014.

A Administração da Companhia entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da EY, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia tem suas ações negociadas na BM&F BOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 31 de dezembro de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$998 milhões (R\$2,295 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 3 de março de 2015, para divulgação em 4 de março de 2015.

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia avaliou que os pronunciamentos e interpretações de CPC e/ou IFRS que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014 não causaram impactos significativos nas demonstrações financeiras apresentadas.

A seguir apresentamos o resumo das principais práticas contábeis, deixando em evidência as informações consideradas relevantes pela Administração.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis-- Continuação

2.1 Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Estes ativos financeiros são classificados como empréstimos e recebíveis e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável.

- Aplicações financeiras – Compreendem aplicações com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria.
- Contas a receber - referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização.

(ii) Passivos financeiros

Os Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, ou derivativos classificados como instrumento de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis— Continuação

2.1 Instrumentos Financeiros--Continuação

(ii) Passivos financeiros--Continuação

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e prestadores de serviços, notas promissórias a pagar, credor pela concessão, mútuos a pagar, empréstimos e debêntures. Estes passivos classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

(iii) Instrumentos derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia utilizou instrumentos financeiros derivativos para proteção de risco de taxa de juros das notas promissórias (*swap* de taxa de juros) em 2013. O instrumento financeiro derivativo foi inicialmente reconhecido ao valor justo na data em que o derivativo foi contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, com exceção da parcela eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

O valor contabilizado em outros resultados abrangentes é transferido imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e,
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Passivo não circulante		
Provisão para manutenção a valor nominal	54.016	46.758
Provisão para manutenção a valor presente	(i) (42.401)	(31.626)
Ajuste a valor presente	<u>11.415</u>	<u>15.133</u>

- (i) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto de 8% em 31 de dezembro de 2014 (8% em 2013) que refletem a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3 Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

2.4 Segmento de negócios

A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de divulgação, que consiste na exploração de concessão pública de rodovia.

2.5 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2014

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; ; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2017)	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Alteração IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.)	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.
Alteração IAS 1 (Vigência a partir de 01/01/2016)	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.
IFRS 7 Contratos de serviços (Vigência a partir de 01/01/2016)	Contratos de serviços ((parágrafos B30 e 42C)) atendem a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação.
IFRS 5 Reclassificação de ativo não circulante mantido para venda e mantido para distribuição aos sócios/acionistas (Vigência a partir de 01/01/2016)	Esclarece as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais o critério para manterem esta classificação.

A Companhia está avaliando a adoção desses pronunciamentos e os impactos nas suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2015 e pretende adotar tais normas quando as mesmas e entrarem em vigor.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas estão apresentadas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

b) Impostos

Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

c) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Continuação

d) Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

e) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição.
- f) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão*

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda, sendo a taxa de amortização, determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Continuação*g) Determinação das receitas de construção*

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

h) Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Disponibilidades	692	1.170
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	11.274	1.503
	<u>11.966</u>	<u>2.673</u>

(i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

5. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Circulante	29.361	93.262
Não circulante	207.525	254.838
	<u>236.886</u>	<u>348.100</u>

A Companhia mantém aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 12). Estas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

6. Contas a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Pedágio eletrônico a receber	11.075	11.338
Cartões de pedágio a receber	1.108	541
Receitas acessórias	4.545	4.447
Valores em trânsito	1.490	433
	<u>18.218</u>	<u>16.759</u>

A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 31 de Dezembro de 2014. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.

7. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para deduzir todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com impostos diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferido estão compostos conforme segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	63.937	31.553
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	571	571
Provisão para participação nos lucros	671	655
Outras provisões	-	148
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Provisão para manutenção de rodovias	14.484	10.753
Provisão para investimentos em rodovias	1.386	1.305
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	3.301	3.332
	84.350	48.317
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (i):		
Amortização – curva de tráfego (ii)	(38.143)	(21.299)
	(38.143)	(21.299)
Líquido	46.207	27.018

- (i) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (ii) Refere-se aos tributos diferidos sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$188.051 (R\$92.803 em 31 de dezembro de 2013). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2014 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>2014</u>
2016	3.096
2017	11.126
2018	13.387
2019	14.573
2020	14.929
2021	18.824
2022	8.415
	84.350

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**b) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos**

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	48.317	(21.299)	27.018
Efeito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social do exercício	32.384	-	32.384
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	-	-	-
Provisão para participação nos lucros	16	-	16
Outras provisões	(148)	-	(148)
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	3.731	-	3.731
Provisão para investimentos em rodovias	81	-	81
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	(31)	-	(31)
Amortização – curva de tráfego	-	(16.844)	(16.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>84.350</u>	<u>(38.143)</u>	<u>46.207</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	28.841	(14.747)	14.094
Efeito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social do exercício	22.370	-	22.370
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	(3)	-	(3)
Provisão para participação nos lucros	(2)	-	(2)
Outras provisões	-	-	-
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Perda não realizada com operação de derivativo	(5.718)	-	(5.718)
Provisão para manutenção de rodovias	6.781	-	6.781
Provisão para investimentos em rodovias			
Reversão do ajuste a valor presente	182	-	182
Remensuração da provisão para realização de obras	10.548	-	10.548
Pagamento da provisão pela realização de obras	(26.557)	-	(26.557)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão	-	-	-
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	11.875	-	11.875
Amortização – curva de tráfego	-	(6.552)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>48.317</u>	<u>(21.299)</u>	<u>27.018</u>

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(64.211)	(55.115)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	21.832	18.739
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(2.643)	42
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado	<u>19.892</u>	<u>18.781</u>
Taxa efetiva	30%	34%

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

8. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas a seguir, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

a) Composição

	Taxa anual de Depreciação %	2014			2013
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	726	(227)	499	515
Equipamentos de informática	20	3.483	(2.293)	1.190	1.672
Equipamentos de telefonia	20	197	(131)	66	105
Terrenos	-	84	-	84	84
Edifícios	3,8	6.380	(510)	5.870	6.109
Automóveis/Caminhões	5	1.878	(238)	1.640	48
Outros	10 a 20	1.886	(620)	1.266	497
		14.634	(4.019)	10.615	9.030

O ativo imobilizado registrado não está vinculado ao contrato de concessão.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

9. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

a) Composição

		2014			2013
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(51.994)	490.250	501.479
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	140.403	(11.525)	128.878	127.418
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	224.569	(10.362)	214.207	186.371
Serviços de construção - em andamento	(iii)	222.702	-	222.702	112.127
Outros	(iv)	7.434	(649)	6.785	5.005
Direito de uso de software		3.008	(1.032)	1.976	519
		1.140.360	(75.562)	1.064.798	932.918

- (i) Refere-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente e acrescido da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados, sendo as principais obras em andamento a duplicação das SP 101 e SP 308 e o Contorno de Piracicaba,
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. Originalmente a Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

9. Intangível--Continuação**b) Movimentação**

	2014					Saldo final
	Saldo Inicial	Adições	Remensuração	Baixas	Transferências	
Custo						
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Gastos iniciais da concessão	136.047	1.926	-	-	2.430	140.403
Serviços de construção - obras concluídas	192.451	4.878	-	-	27.240	224.569
Serviços de construção - em andamento	112.127	142.955	-	-	(32.380)	222.702
Outros	5.522	8	-	-	1.904	7.434
Direito de uso de software	1.150	1.068	-	(16)	806	3.008
	989.541	150.835	-	(16)	-	1.140.360
Amortização						
Direito de outorga da concessão	(40.765)	(11.229)	-	-	-	(51.994)
Direito de exploração da infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Gastos iniciais da concessão	(8.629)	(2.897)	-	-	-	(11.525)
Serviços de construção - obras concluídas	(6.080)	(4.283)	-	-	-	(10.362)
Outros	(517)	(131)	-	-	-	(649)
Direito de uso de software	(632)	(399)	-	-	-	(1.032)
	(56.623)	(18.939)	-	-	-	(75.562)
Líquido	932.918	131.896	-	(16)	-	1.064.798
	2013					Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Remensuração	Baixas	Transferências	
Custo						
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura						
Gastos iniciais da concessão	111.548	130	491	(28)	23.906	136.047
Serviços de construção - obras concluídas	125.173	9	-	(91)	67.360	192.451
Serviços de construção - em andamento	66.198	137.253	-	(58)	(91.266)	112.127
Outros	5.522	-	-	-	-	5.522
Direito de uso de software	954	196	-	-	-	1.150
	851.639	137.588	491	(177)	-	989.541
Amortização						
Direito de outorga da concessão	(29.903)	(10.862)	-	-	-	(40.765)
Direito de exploração da infraestrutura						
Gastos iniciais da concessão	(5.694)	(2.935)	-	-	-	(8.629)
Serviços de construção - obras concluídas	(3.448)	(2.632)	-	-	-	(6.080)
Outros	(381)	(136)	-	-	-	(517)
Direito de uso de software	(426)	(206)	-	-	-	(632)
	(39.852)	(16.771)	-	-	-	(56.623)
Líquido	811.787	120.817	491	(177)	-	932.918

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

9. Intangível--Continuação**c) Custo de empréstimos e financiamentos capitalizados**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$4.694 (R\$3.022 em 2013). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização foi de 3,6%, que representa a taxa efetiva de juros das debentures no exercício, líquida da receita financeira auferida pelo investimento temporário desses recursos.

10. Partes relacionadas**a) Remuneração da administração**

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remuneração fixa (1)	(1.027)	(1.085)
Remuneração variável (2)	(912)	(623)
	<u>(1.939)</u>	<u>(1.708)</u>

(1) Incluem salários e honorários da administração, férias e 13º salário.

(2) Referem-se à participação nos resultados, mencionada na nota explicativa nº 19.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota explicativa nº 19.

b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Mútuos a pagar</u>	
	<u>0,5% a.m.+ CDI</u>	<u>Indeterminado</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Cibe Investimentos e Participações S.A.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	31.112	22.595
Ascendi International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	31.117	22.596
			<u>62.229</u>	<u>45.191</u>

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês, sendo todos e quaisquer pagamento subordinados a quitação das obrigações da Companhia sob os financiamentos.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão para demandas judiciais	1.678	1.678
Provisão para investimentos em rodovias	4.077	3.839
Provisão para manutenção em rodovias	42.601	31.626
	<u>48.356</u>	<u>37.143</u>
Parcela classificada no passivo circulante	(1.067)	(829)
Não circulante	<u>47.289</u>	<u>36.314</u>

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui o equivalente a R\$3.983 de causas trabalhistas e R\$9.767 de causas cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação**b) Provisão para investimentos em rodovias**

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na nota explicativa nº 9. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2014		
	Saldo inicial	Atualização monetária	Saldo final
Provisão para investimentos	3.839	238	4.077
	3.839	238	4.077

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	2014	2013
2015	1.067	829
2016	3.010	3.010
	4.077	3.839

c) Provisão para manutenção em rodovias

	2014		
	Saldo inicial	Adição	Saldo Final
Provisão para manutenção	46.758	12.949	59.707
Ajuste a valor presente (AVP)	(15.132)	(1.974)	(17.006)
Saldo	31.626	12.949	42.601

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuaçãoc) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflète a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>2014</u>
2017	13.125
2018	13.374
2019	10.348
2020	2.073
2021	3.681
	<u>42.601</u>

12. Debêntures

a) Descrição da operação

<u>Debêntures não conversíveis</u>	<u>Principal R\$</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Títulos em circulação</u>	<u>Prêmio</u>	<u>Encargos financeiros</u>
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.162.293	1.090.262
Remuneração (juros a pagar)	3.911	3.336
Custo com emissão a apropriar	(58.972)	(63.213)
	<u>1.107.232</u>	<u>1.030.385</u>
Circulante	(3.911)	(3.336)
Não circulante	<u>1.103.321</u>	<u>1.027.049</u>

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

12. Debêntures--Continuação

a) Descrição da operação--Continuação

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não são conversíveis em ações, e são da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. Estão previstas amortizações do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017; já os juros serão pagos semestralmente.

b) Cláusulas restritivas

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures possuem cláusulas restritivas, as quais estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia.

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social está representado por 24.857.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações
Atlantia Bertin Concessões S.A.	50,00%	12.428.923.798
Ascendi International Holding B.V.	50,00%	12.428.923.798
		24.857.847.596

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

13. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital Social--Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital autorizado da Companhia era de R\$279.000.

Em 30 de junho de 2014 e 22 de dezembro de 2014, os acionistas aprovaram por meio de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R\$12.500 em cada data, totalizando R\$25.000 no exercício, dentro do limite de capital autorizado, mediante respectivamente a emissão de 1.250.000.0000 (um bilhão e duzentos e cinquenta milhões) e de 1.250.000.0001 (um bilhão e duzentos e cinquenta milhões e um) de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Dessa forma o capital social integralizado totalizava R\$248.578 em 31 de dezembro de 2014 (R\$223.578 em 31 de dezembro de 2013).

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 1º de janeiro de 2013, referia-se a parcela eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, líquida de impostos, que conforme mencionado na nota explicativa nº 16, foi liquidado em 2013.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

14. Receita operacional líquida

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

Consequentemente, essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços – ISS (de 4,5% a 5%), Programa de integração social – PIS (0,65%) e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS (3%).

	2014	2013
Receita com arrecadação de pedágio	203.452	186.110
Receita de serviços de construção	147.834	142.238
Receitas acessórias	6.240	5.432
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(18.949)	(16.574)
	338.577	317.206

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

15. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Com pessoal	(17.405)	(18.428)
Serviços de terceiros	(8.312)	(8.860)
Depreciação e amortização	(20.471)	(17.795)
Ônus variável da concessão	(3.138)	(4.479)
Manutenção e conservação	(36.262)	(33.418)
Custo dos serviços de construção	(147.833)	(142.238)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(10.975)	(18.467)
Seguros e garantias	(3.307)	(5.986)
Honorários da administração (Nota 10.a)	(1.939)	(1.708)
Outros	(3.862)	(3.033)
	<u>(253.503)</u>	<u>(254.412)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(240.663)	(238.559)
Despesas gerais e administrativas	(12.840)	(15.853)
	<u>(253.503)</u>	<u>(254.412)</u>

A Companhia revisou durante o exercício de 2014 a alocação de determinadas provisões e gastos com seguro entre despesas gerais e custos. Para melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras, a Companhia também reclassificou e reapresenta o montante de R\$5.573 de "despesas gerais e administrativas" para "custos dos serviços prestados" na demonstração do resultado do exercício de 2013.

16. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	(165.301)	(103.470)
Perda com operação de derivativo (a)	-	(31.467)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(17.038)	(3.577)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias e credor pela concessão	(238)	(535)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(525)	(286)
Outras despesas financeiras	(368)	(1.080)
	<u>(183.470)</u>	<u>(140.415)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	34.119	15.637
Ganho realizado com operação de derivativo (a)	-	5.860
Outros	54	937
	<u>34.173</u>	<u>22.434</u>
Resultado financeiro	<u>(149.297)</u>	<u>(117.981)</u>

(a) Em julho de 2013 venceu o *swap* (registrado como contabilidade de hedge) contratado pela Companhia para proteção do risco de taxa de juros associado à nota promissória. O *swap* e às notas promissórias foram liquidados em 2013.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

17. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários e encargos sociais	(14.908)	(15.352)
Benefícios previstos em lei	(1.366)	(1.442)
Benefícios adicionais (a)	(1.806)	(2.122)
Plano de participação nos resultados (b)	(1.264)	(1.220)
	<u>(19.344)</u>	<u>(20.136)</u>

- (a) Refere-se a assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida.
(b) Plano complementar de remuneração variável para empregados e administradores que considera o atendimento de metas pré-estabelecidas para o ano.

18. Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(45.022)	(36.334)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>23.024.056.386</u>	<u>22.357.847.595</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,0019554)	(0,0016251)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação**a. Risco de mercado--Continuação**

- Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2014, mantendo-se todas as outras variáveis constantes:

A administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- ✓ CDI – taxa de 10,77% ao ano, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2014, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), que no entender da administração seriam estáveis no próximo ano.
- ✓ IPCA – variação de 6,41% nos próximos 12 meses, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2014, divulgada pela BM&FBovespa.

		Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	(6.702)	(8.378)	(10.053)
Debêntures	Aumento do IPCA	(159.552)	(177.296)	(195.039)

		Efeito no patrimônio líquido (1)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	(4.423)	(5.529)	(6.635)
Debêntures	Aumento do IPCA	(105.304)	(117.015)	(128.726)

		Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	-25%	-50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	25.513	19.134	12.756

		Efeito no patrimônio líquido (1)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	-25%	-50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	16.838	12.629	8.419

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer / auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está registrado na rubrica contas a receber, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está registrado na rubrica caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas, no balanço patrimonial.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação**c. Risco de liquidez**

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2014 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	34.735	-	-	34.735
Debêntures (Nota 12)	-	3.911	1.103.321	1.107.232
Credor pela concessão	267	-	-	267
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	-	-	62.229	62.229
Total	35.002	3.911	1.165.550	1.204.463

d. Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	2014	2013
Empréstimos	-	37.797
Mútuos a pagar a partes relacionadas	62.229	45.191
Debêntures	1.107.232	1.030.385
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(11.966)	(2.673)
(-) Aplicações financeiras	(238.886)	(348.100)
Dívida líquida	918.609	762.600
Patrimônio líquido	143.198	162.220
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.061.807	924.820

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

20. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	2014	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Passivos financeiros	1.166.204	1.234.374
Debêntures (Nota 12) (i)		
	2013	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Passivos financeiros		
Debêntures (Nota 12) (i)	1.091.479	1.155.156

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	1.377.600
	Responsabilidade civil	26.671
	Riscos de engenharia	188.706
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	74.827
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	137.897

* Vigente a partir do dia 01 de julho de 2014.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	4.694	3.022

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Salto - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 4 de março de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete

Contador CRC 1SP198698/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os diretores da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia") declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Salto, 04 de março de 2015.

Sebastião Ricardo C. Martins

Diretor-Presidente

Ricardo Jorge Dias de Oliveira

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, os diretores da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia") declaram que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Salto, 04 de março de 2015

Sebastião Ricardo C. Martins

Diretor-Presidente

Ricardo Jorge Dias de Oliveira

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores